ISSN: 2358-8829

SUPERLOTAÇÃO DAS SALAS DE AULA E SAÚDE MENTAL DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Silvana Alexandra Sousa Costa Mota [1]

INTRODUÇÃO

A própria organização da educação brasileira reconhece a educação como direito e estabelece responsabilidades para sua oferta, o que reforça que a qualidade do ensino depende de condições que permitam a realização do trabalho pedagógico (BRASIL, 1996).

A escola é um espaço marcado por encontros, aprendizagens, desafios e relações humanas. Dentro dela, o professor ocupa uma posição fundamental, não apenas por ensinar conteúdos, mas por acompanhar trajetórias, perceber dificuldades, organizar experiências de aprendizagem e construir, diariamente, condições para que os estudantes possam aprender. Por isso, pensar sobre o trabalho docente significa também pensar sobre as condições concretas em que esse trabalho acontece.

Entre essas condições, a quantidade de estudantes por sala merece atenção. Uma turma numerosa modifica a dinâmica do trabalho pedagógico porque amplia o número de interações, dúvidas, comportamentos e necessidades que precisam ser acompanhados pelo professor ao mesmo tempo. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, essa questão ganha ainda mais importância, considerando que é nessa etapa que muitas crianças consolidam aprendizagens fundamentais relacionadas à leitura, à escrita, à matemática, à autonomia e à convivência social.

Não se trata, entretanto, de afirmar que toda turma numerosa produzirá necessariamente sofrimento ou adoecimento. A realidade escolar é complexa e a saúde

[1] Graduada pelo Curso de Pedagogia Lincenciatura da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, silvanaalexandra.01@hotmail.com;

mental do professor não depende de um único elemento. Salários, jornada, reconhecimento profissional, relações com a gestão, recursos disponíveis, formação, autonomia, condições físicas da escola, apoio pedagógico e características das próprias turmas também interferem na experiência de trabalho. A superlotação deve, portanto, ser compreendida como uma condição que pode ampliar determinadas exigências do trabalho docente, principalmente quando se combina com outras dificuldades.

A discussão torna-se relevante porque, muitas vezes, a capacidade do professor de se adaptar às dificuldades acaba sendo utilizada para naturalizar situações que deveriam ser enfrentadas institucionalmente. O professor consegue reorganizar uma atividade, atender primeiro alguns estudantes, retomar uma explicação ou encontrar estratégias para manter a turma envolvida. Essas atitudes revelam competência profissional, mas não significam que qualquer condição de trabalho seja adequada ou sustentável.

No cotidiano dos Anos Iniciais, ensinar exige proximidade. A criança precisa ser observada em seus avanços e dificuldades, e o professor precisa identificar quando uma explicação não foi compreendida, quando uma atividade precisa ser adaptada ou quando determinado comportamento expressa uma necessidade que ultrapassa a questão disciplinar. Quanto maior o número de estudantes, maior pode ser a dificuldade de oferecer esse acompanhamento com a mesma qualidade e regularidade.

Diante disso, este artigo tem como objetivo refletir sobre as relações entre a superlotação das salas de aula, as condições de trabalho docente e a saúde mental dos professores que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Busca-se compreender de que maneira turmas numerosas podem interferir no planejamento, no acompanhamento individualizado, na gestão da sala, na avaliação e na vivência emocional do professor, sem estabelecer uma relação automática de causa e efeito entre número de alunos e adoecimento.

A relevância da discussão está em reconhecer que a qualidade da educação não depende somente da dedicação individual do professor. Ela também está relacionada às condições que a escola oferece para que o trabalho pedagógico seja realizado. Assim, discutir o tamanho das turmas é discutir organização escolar, valorização profissional,

ISSN: 2358-8829

aprendizagem dos estudantes e, igualmente, o direito dos professores a condições dignas de trabalho.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter reflexivo. A escolha dessa abordagem está relacionada ao objetivo de compreender e discutir, a partir de produções teóricas e documentos educacionais, como a superlotação das salas de aula pode se relacionar às condições de trabalho e à saúde mental docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da leitura e análise de obras e documentos que contribuem para a compreensão do trabalho docente, da organização do ensino, das condições de trabalho e dos processos de sofrimento e bem-estar relacionados à atividade profissional. Entre os referenciais mobilizados estão (TARDIF, 2014), (LIBÂNEO, 2013), (ESTEVE, 1999), (DEJOURS, 1992), além de documentos legais e orientações internacionais relacionados ao direito à educação e à condição profissional dos docentes.

A análise foi organizada em eixos temáticos: o trabalho docente e suas múltiplas exigências; a relação entre quantidade de estudantes e acompanhamento pedagógico; gestão da sala e relações humanas; planejamento e avaliação; inclusão; e possíveis repercussões das condições de trabalho sobre o bem-estar e a saúde mental dos professores.

Por não se tratar de pesquisa de campo, não foram realizadas entrevistas, questionários, observações sistemáticas ou levantamento estatístico com professores. Dessa forma, os resultados apresentados neste artigo correspondem aos resultados da análise bibliográfica e da reflexão teórica realizada a partir das contribuições dos autores selecionados. Essa delimitação é importante para evitar generalizações e para deixar claro que o estudo não pretende medir a ocorrência de adoecimento docente em determinada rede ou escola.

A interpretação dos referenciais foi realizada de forma articulada à realidade do trabalho escolar, buscando aproximar os conceitos da experiência concreta da sala de aula

ISSN: 2358-8829

sem transformar situações particulares em dados de pesquisa. A proposta é compreender tendências e desafios apontados pela literatura, valorizando uma leitura crítica e cuidadosa sobre a relação entre organização do trabalho, número de estudantes e saúde mental docente.

REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho do professor é constituído por conhecimentos, experiências e relações que vão muito além da transmissão de conteúdo. No cotidiano escolar, o docente precisa transformar conhecimentos em situações de aprendizagem, observar as respostas dos estudantes, reorganizar estratégias e tomar decisões diante de situações que nem sempre podem ser previstas no planejamento.

Tardif (2014) compreende os saberes docentes como conhecimentos construídos a partir de diferentes fontes, incluindo a formação profissional, os saberes curriculares e disciplinares e, principalmente, as experiências vivenciadas no exercício da profissão. Isso significa que o professor aprende também no encontro diário com os estudantes e com os desafios concretos da escola.

Por essa razão, não é possível pensar no trabalho docente sem considerar as condições em que ele acontece. Uma prática pedagógica pode ser bem planejada, mas precisa encontrar condições para ser colocada em prática. Tempo, espaço, recursos, organização da escola, apoio pedagógico e número de estudantes são elementos que fazem parte dessa realidade.

Libâneo (2013) destaca a importância do planejamento e da organização do processo de ensino. Essas ações exigem do professor acompanhamento e avaliação constantes. Quanto mais complexa é a realidade da turma, maior pode ser a necessidade de reorganizar estratégias e acompanhar individualmente os estudantes.

A sala de aula é um espaço coletivo, mas a aprendizagem acontece também de forma individual. Cada estudante chega à escola com conhecimentos, experiências e ritmos diferentes. O professor precisa, portanto, equilibrar as necessidades do grupo com as demandas de cada criança. Quando o número de estudantes é elevado, pode se tornar mais difícil distribuir a atenção de maneira frequente e individualizada, sobretudo nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, etapa em que se consolidam aprendizagens

essenciais relacionadas à leitura, à escrita, à matemática, à autonomia e à convivência. Isso não significa que o trabalho pedagógico deixe de acontecer, mas que pode exigir mais energia, mais tempo e mais organização por parte do profissional.

Assim, a quantidade de estudantes, por si só, não determina a qualidade do ensino, mas pode ampliar a complexidade da organização pedagógica, especialmente quando não há recursos suficientes, apoio institucional ou tempo adequado para planejamento. Por isso, discutir o número de estudantes por turma não significa defender uma escola menos diversa ou menos coletiva. Significa reconhecer que a qualidade dessa convivência depende das condições oferecidas para que o professor possa acompanhar o grupo sem perder de vista cada estudante.

Dejours (1992) chama atenção para a relação entre organização do trabalho e sofrimento. A forma como o trabalho é organizado pode favorecer experiências de realização, mas também pode produzir tensão quando o trabalhador encontra limites para realizar aquilo que considera necessário.

Essa perspectiva, ajuda a compreender uma situação bastante presente na docência: o professor muitas vezes sabe o que gostaria de fazer para atender melhor seus alunos, mas encontra limites concretos para realizar tudo. Em uma turma numerosa, por exemplo, pode existir a intenção de acompanhar cada estudante individualmente, oferecer devolutivas e adaptar estratégias, mas o tempo e a quantidade de demandas podem não permitir que isso aconteça como planejado.

Diante disso, a discussão sobre a saúde mental dos professores precisa considerar o contexto de trabalho. Ensinar envolve responsabilidade, interação, tomada de decisões e investimento emocional. A docência é uma profissão que pode proporcionar realização e sentido, mas que também pode produzir desgaste quando as exigências se tornam excessivas ou persistentes.

Assim, falar de saúde mental docente não deve significar responsabilizar o professor individualmente por seu bem-estar. Estratégias pessoais de autocuidado são importantes, mas não substituem condições adequadas de trabalho, apoio institucional e políticas de valorização profissional.

A análise sobre a superlotação das salas de aula nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, articulada à reflexão sobre a Saúde Mental dos Professores, permite compreender os impactos das condições de ensino e aprendizagem no contexto escolar. A superlotação, precisa, portanto, considerar as condições concretas em que o trabalho é

realizado. A infraestrutura, a jornada, os materiais disponíveis, a composição das turmas, o tempo destinado à preparação das aulas e o apoio da equipe pedagógica interferem nas possibilidades de atuação do professor.

Nesse sentido, este estudo busca apresentar considerações fundamentadas sobre essa realidade, destacando seus desafios e a necessidade de estratégias que contribuam para a melhoria da qualidade da educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece princípios e responsabilidades para a oferta da educação brasileira (BRASIL, 1996), reforçando a importância de pensar a qualidade do ensino para além do esforço individual dos profissionais. Embora o professor tenha responsabilidades relacionadas ao planejamento, à avaliação e à condução da aprendizagem, a organização das condições de trabalho envolve também decisões institucionais e políticas educacionais.

Quando o acompanhamento individualizado é dificultado, o professor pode experimentar frustração por não conseguir realizar tudo aquilo que considera pedagogicamente necessário. Essa experiência não deve ser interpretada automaticamente como incapacidade profissional. Em muitos casos, ela revela a distância entre as demandas do trabalho e os recursos disponíveis para atendê-las. O desafio torna-se ainda maior quando o número elevado de estudantes se combina com outras exigências, como atividades de registro, correção, comunicação com as famílias, adaptação de estratégias e atendimento à diversidade presente na turma.

A educação inclusiva torna essa discussão especialmente relevante. Garantir a inclusão não significa apenas assegurar a matrícula ou a presença física do estudante, mas criar condições para participação e aprendizagem. Isso requer planejamento, recursos, estratégias diversificadas e articulação entre professores, equipe pedagógica, família e profissionais de apoio, quando necessário. A diversidade dos estudantes não é, em si, um problema; o desafio está em assegurar condições para responder às diferentes necessidades. Em salas numerosas e com suporte insuficiente, o professor pode encontrar dificuldades adicionais para acompanhar os processos individuais sem perder de vista o conjunto da turma.

As repercussões das condições de trabalho também precisam ser consideradas na discussão sobre saúde mental docente. Esteve (1999), ao abordar o mal-estar docente,

contribui para compreender as tensões que podem surgir quando as exigências atribuídas aos professores não correspondem às condições efetivas para realizar suas tarefas. De modo complementar, Dejours (1992) analisa as relações entre organização do trabalho e sofrimento, permitindo refletir sobre como a atividade profissional pode se tornar fonte de desgaste quando há um descompasso persistente entre as demandas e as possibilidades de realização. Essas contribuições não autorizam afirmar que turmas numerosas provoquem necessariamente adoecimento, mas ajudam a compreender como a superlotação pode atuar como fator de intensificação do trabalho em determinados contextos.

É importante distinguir cansaço, sofrimento relacionado ao trabalho e adoecimento mental. A experiência docente também pode envolver satisfação, sentido e realização, especialmente quando o professor percebe avanços na aprendizagem e conta com relações profissionais colaborativas. Por isso, a saúde mental não deve ser tratada apenas como responsabilidade individual nem reduzida à recomendação de que o professor desenvolva mais resiliência. É necessário considerar a organização do trabalho, a jornada, o reconhecimento profissional, a autonomia, o apoio recebido e as condições materiais em que o ensino acontece.

A Recomendação da UNESCO e da Organização Internacional do Trabalho sobre a condição dos professores destaca a importância de condições adequadas para o exercício da profissão e para a valorização docente (UNESCO; OIT, 1998). Essa perspectiva reforça que a dedicação individual não substitui o compromisso institucional de organizar o trabalho de forma responsável. O planejamento coletivo, a escuta dos professores, o tempo destinado à avaliação, a formação continuada contextualizada e a disponibilidade de apoio pedagógico podem contribuir para enfrentar dificuldades do cotidiano escolar. Tais medidas não eliminam, isoladamente, os desafios da superlotação, mas ajudam a evitar que problemas de organização sejam tratados como falhas exclusivamente individuais.

Desse modo, a relação entre superlotação das salas de aula e saúde mental docente deve ser compreendida de forma contextualizada e sem explicações simplistas. O número de estudantes é um dos elementos que podem influenciar a dinâmica da sala, o acompanhamento da aprendizagem e a carga de trabalho, mas seus efeitos dependem da combinação com outras condições. Refletir sobre essa temática significa reconhecer,

simultaneamente, a competência dos professores e o direito a condições dignas de trabalho. A qualidade da educação não pode repousar apenas na capacidade de adaptação dos profissionais; exige planejamento, recursos, apoio institucional e responsabilidade compartilhada entre escola, redes de ensino e políticas públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo buscou compreender sobre a superlotação das salas de aula e saúde mental docente, destacando na análise reflexões sobre as condições de trabalho nos anos iniciais do ensino fundamental. Com base no referido estudo, podem ser destacados quatro resultados principais.

Primeiro, a superlotação tende a aumentar a complexidade do trabalho docente, especialmente quando o professor precisa acompanhar diferentes ritmos e necessidades simultaneamente. Segundo, turmas numerosas podem dificultar determinadas formas de acompanhamento individualizado e ampliar o tempo destinado à gestão da sala, ao planejamento e à avaliação.

Terceiro, não foi identificada base para afirmar uma relação automática entre superlotação e adoecimento mental. A saúde do professor está relacionada a um conjunto de condições e experiências de trabalho, sendo necessário evitar explicações simplistas. A superlotação pode funcionar como fator de intensificação, mas seus efeitos dependem do contexto.

Quarto, a análise aponta que a capacidade de adaptação dos professores não deve ser utilizada para naturalizar a sobrecarga. Quando uma dificuldade estrutural passa a ser tratada como algo que o professor precisa resolver individualmente, existe risco de deslocar responsabilidades institucionais para o trabalhador.

Esses resultados reforçam a necessidade de ampliar a discussão sobre saúde mental docente para além de ações individuais. Atividades de autocuidado podem ser importantes, mas precisam estar acompanhadas de medidas relacionadas à organização do trabalho, ao apoio pedagógico, à composição das turmas, ao planejamento e às relações profissionais. A saúde mental também é uma questão de política educacional e de gestão escolar.

A discussão sobre superlotação também precisa chegar ao cotidiano pedagógico. Não basta reconhecer que uma turma é numerosa; é necessário pensar em formas de organização que reduzam, dentro do possível, a sobrecarga e favoreçam a aprendizagem. O trabalho pedagógico articula objetivos, conteúdos, métodos e avaliação, de modo que o professor precisa planejar, observar as respostas dos estudantes, identificar dificuldades e reorganizar estratégias quando necessário (LIBÂNEO, 2013).

O estudo analisado permite compreender que estratégias de agrupamento, organização de rotinas, uso planejado de atividades coletivas e acompanhamento sistemático podem contribuir para tornar o trabalho mais viável. Essas estratégias, entretanto, não substituem condições estruturais adequadas.

Nos Anos Iniciais, a organização da rotina possui valor especial. Crianças pequenas se beneficiam de referências claras sobre o que será realizado, de momentos de escuta, de atividades diversificadas e de transições bem planejadas. Em uma turma numerosa, uma rotina previsível pode contribuir para diminuir interrupções desnecessárias e favorecer um ambiente mais tranquilo.

Outro aspecto é a utilização de formas de acompanhamento que permitam ao professor visualizar o desenvolvimento do grupo sem perder completamente a dimensão individual. Registros simples, observação planejada, atividades diagnósticas e devolutivas coletivas podem ser articulados a momentos de acompanhamento mais específico. Essa compreensão evidencia que ensinar exige articular diferentes conhecimentos e ajustar continuamente as ações às necessidades da turma (TARDIF, 2014).

Essas possibilidades reforçam uma ideia central: a solução para os efeitos da superlotação não está apenas em pedir mais esforço ao professor. Estratégias pedagógicas podem melhorar a organização do cotidiano, mas precisam estar acompanhadas de decisões de gestão e políticas educacionais. Quando a escola oferece apoio e tempo para que essas estratégias sejam construídas, a adaptação deixa de ser uma resposta individual e passa a fazer parte de uma ação coletiva.

Um dos pontos mais sensíveis da discussão é definir onde começa e termina a responsabilidade do professor. É evidente que o profissional precisa planejar, estudar, avaliar, buscar formação e rever suas práticas. Essas responsabilidades fazem parte da

ISSN: 2358-8829

profissão. O problema aparece quando se espera que a dedicação individual seja suficiente para compensar qualquer limitação estrutural.

A escola é uma organização coletiva. A definição do número de estudantes por turma, a distribuição dos espaços, os horários, os recursos pedagógicos, a existência de profissionais de apoio e as condições para planejamento não dependem exclusivamente do professor. São decisões que envolvem diferentes níveis de gestão e, em muitos casos, políticas públicas. Reconhecer essa dimensão é fundamental para que a discussão sobre saúde mental não se transforme em responsabilização do trabalhador.

Essa compreensão não retira do professor sua autonomia ou seu compromisso. Ao contrário, pode fortalecer sua atuação profissional, porque permite que suas dificuldades sejam discutidas com base nas condições reais do trabalho. Um professor que sinaliza que determinada turma necessita de apoio não está necessariamente recusando sua responsabilidade; pode estar apresentando uma informação importante para que a escola organize melhor suas ações.

Também é necessário considerar a participação dos professores nas decisões. A experiência cotidiana da sala de aula produz conhecimentos que nem sempre aparecem em relatórios ou indicadores. Ouvir esses profissionais pode ajudar a identificar situações de sobrecarga, problemas de organização e possibilidades de intervenção. A participação, nesse sentido, é uma forma de valorização profissional e pode contribuir para decisões mais próximas da realidade. Por fim, pensar em responsabilidade institucional significa compreender que a saúde mental docente deve ser tratada como parte da qualidade do trabalho escolar

A análise bibliográfica e reflexiva desenvolvida neste estudo permite destacar que turmas numerosas podem ampliar a complexidade do trabalho, dificultar certas formas de acompanhamento individualizado e aumentar as demandas de gestão, planejamento e avaliação. Ao mesmo tempo, não oferece base para afirmar uma relação automática entre superlotação e adoecimento mental. Como não houve coleta de dados diretamente com professores, esses apontamentos devem ser compreendidos como interpretações teóricas construídas a partir dos referenciais selecionados, e não como resultados estatísticos ou conclusões generalizáveis a todas as escolas.

ISSN: 2358-8829

Desse modo, o enfrentamento dos desafios relacionados à superlotação exige responsabilidade compartilhada entre professores, gestão escolar, redes de ensino e políticas públicas. É importante discutir a composição das turmas, garantir tempo efetivo para planejamento e avaliação, fortalecer o trabalho colaborativo e assegurar recursos e apoio pedagógico compatíveis com as necessidades da escola. Cuidar das condições de trabalho docente é também criar melhores possibilidades para o ensino e a aprendizagem, reconhecendo que os saberes e a atuação dos professores precisam ser considerados em conjunto com a organização e as condições de realização do trabalho (TARDIF, 2014; DEJOURS, 1992).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas neste artigo permitem compreender que a superlotação das salas de aula constitui uma questão que ultrapassa a dimensão administrativa da organização escolar. O número de estudantes presentes em uma turma interfere na dinâmica das relações, no acompanhamento da aprendizagem, na gestão do tempo, no planejamento e na avaliação. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, essa questão merece atenção especial porque o processo de aprendizagem exige acompanhamento próximo e intervenções que considerem os diferentes ritmos das crianças.

A análise bibliográfica realizada também evidencia que não é adequado estabelecer uma relação direta e automática entre turmas numerosas e adoecimento mental docente. A saúde mental é influenciada por múltiplos fatores, entre eles as condições de trabalho, a jornada, o reconhecimento profissional, as relações na escola, os recursos disponíveis, o apoio recebido e a organização institucional. A superlotação deve ser entendida como um possível elemento de intensificação das demandas, principalmente quando aparece associada a outras condições desfavoráveis.

Outro aspecto importante diz respeito à diferença entre adaptação profissional e naturalização da sobrecarga. O professor possui capacidade de criar estratégias e encontrar caminhos para ensinar mesmo diante de dificuldades. Essa competência é fundamental, mas não deve ser usada como justificativa para manter condições

inadequadas de trabalho. A responsabilidade pela qualidade da educação precisa ser compartilhada entre professores, gestores, redes de ensino e políticas públicas.

Cuidar da saúde mental dos docentes, portanto, não significa apenas orientar professores a administrar o estresse. Significa também construir ambientes de trabalho mais organizados, garantir tempo para planejamento, favorecer o trabalho colaborativo, fortalecer o apoio pedagógico e discutir de forma responsável a composição das turmas. Quando a escola cuida das condições de trabalho, também cria melhores possibilidades para que os estudantes aprendam.

Como escopo deste estudo, destaca-se seu caráter bibliográfico e reflexivo, sem coleta de dados diretamente com professores. Pesquisas futuras poderão ampliar a discussão por meio de entrevistas, questionários e estudos comparativos entre escolas e redes de ensino, buscando compreender como diferentes contextos de organização das turmas interferem na experiência profissional docente.

Conclui-se, assim, que discutir a superlotação é também discutir o direito a uma educação de qualidade e o direito dos professores a condições dignas para ensinar. A escola precisa ser um lugar em que o estudante encontre possibilidades de aprendizagem e em que o professor também encontre condições para exercer sua profissão com respeito, segurança, reconhecimento e saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5. ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

ESTEVE, José Manuel. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

UNESCO; OIT. **A condição dos professores: recomendação internacional** de 1966 relativa ao estatuto dos professores e recomendação de 1997 relativa ao estatuto do pessoal do ensino superior. Brasília, DF: UNESCO, 1998